

Nº DO PROCESSO: 13001.029281/2024
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº09/2024

VALOR POR FONTE: FONTE 200 - SEM REPERCUSSÃO FINANCEIRA 0,00; CONVENIENTES: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - PGE e SUPREMO IDDE INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA. OBJETO: Este convênio tem o objetivo de estabelecer vínculo de **cooperação mútua entre as partes convenientes**, para proporcionar a estudantes de cursos de ensino superior de graduação e de pós-graduação, regularmente matriculados, a oportunidade de inclusão no Programa de Estágios da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, voltado ao aprendizado e/ou ao aprimoramento de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, visando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, na modalidade de estágio não-obrigatório, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho (ANEXO I), que integra este instrumento para todos os fins FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Os estágios obedecerão, no que couber em cada caso, às disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dos artigos 5º, inciso XVI, 51, inciso II e § 6º, e 150 da Lei Complementar nº 58, de 31 de março de 2006 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará), do Decreto nº 29.704, de 8 de abril de 2009 (Programa de Estágios em Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional), do Decreto nº 29.718, de 20 de abril de 2009 (Programa de Estágio da Procuradoria-Geral do Estado), da Portaria/PGE nº 73, de 15 de outubro de 2021 (Programa de Estágios de Pós-Graduação da Procuradoria-Geral do Estado), e dos demais atos normativos que regulam ou venham a regular a matéria FORO: Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza, Ceará, para dirimir qualquer questão proveniente deste convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo VIGÊNCIA: O presente convênio vigorará por 5 (cinco) anos, contados a partir da data da assinatura VALOR GLOBAL: 0,00 VALOR: O Convênio não terá repercussão financeira DATA DA ASSINATURA: 20 de setembro de 2024 SIGNATÁRIOS : Rafael Machado Moraes, Procurador-Geral do Estado e Frederico Neder Moreira Cesar, Representante legal da SUPREMO IDDE INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA.

Francisco Nancelio Atanazio Alves
COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

CONTROLADORIA E OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

PORTARIA CC 0018/2024-CGE - O(A) SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto nº 30.086, de 02/02/2010, e posteriores alterações, e em conformidade com o art. 8º, o inciso III e parágrafo único, do art. 17, art. 39 e § 3º do art. 40 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **NOMEAR WLADIS PINHEIRO**, para exercer o cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, lotado(a) no(a) Célula de Harmonização e Orientação, integrante da estrutura organizacional do(a) CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO, em SUBSTITUIÇÃO ao titular MICHELLE BORGES CAVALCANTE CUNHA, em virtude de Férias, no período de 19 de Junho de 2024 a 17 de Agosto de 2024. CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO, Fortaleza, 08 de outubro de 2024.

Aloisio Barbosa de Carvalho Neto
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 13/2024

VALOR POR FONTE: FONTE 00 - RECURSOS ORDINÁRIOS: 8.500,00; PROCESSO Nº: 41001.002081 / 2024 -35 OBJETO: **CURSO FORMAÇÃO DE AUDITORES INTERNOS DE SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001:2015**, COM BASE NA NORMA NBR ISO 19011:2018, EM TURMA FECHADA PARA ATÉ 25(VINTE E CINCO)PARTICIPANTES, MINISTRADO PELA EMPRESA RS2 CONSULTORIA, PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA, A SER MINISTRADO NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA, NO PERÍODO DE 07 E 08 DE OUTUBRO DE 2024. JUSTIFICATIVA: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. VALOR GLOBAL: 8.500,00 (OITO MIL E QUINHENTOS REAIS) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 41100001.04.122.421.20189.03.339039.1.5009100000.0-16541 41100001.04.122.421.20189.03.339039.2.5009100000.0-569737 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, III, “f” da Lei nº 14.133/2021 e alterações. CONTRATADA: **RS2 CONSULTORIA LTDA** - CNPJ nº 05.063.536/0001-70 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: MARCELO DE SOUSA MONTEIRO - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Controladoria e Ouvidoria Geral RATIFICAÇÃO: ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO - Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral.

Marcelo de Sousa Monteiro
ORDENADOR DE DESPESA

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**CORRIGENDA**

No Diário Oficial nº 180, série 3, de 23 de setembro de 2024, que publicou o Extrato de aditivo ao Contrato nº 009/2023. **Onde se lê:** VALOR GLOBAL: R\$ 714.196,27 (setecentos e quatorze mil, cento e noventa e seis reais e vinte e sete centavos) **Leia-se:** VALOR GLOBAL: R\$ 736.990,80 (setecentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos) Fortaleza, 08 de outubro de 2024.

Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Registre-se e publique-se.

SECRETARIAS E VINCULADAS**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO**

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto nº 32.451, de 13/12/2017, tendo em vista o que consta no Processo NUP: 18001.028156/2024-96 e de acordo com o art. 63, inciso I, da lei nº 9.826, de 14/05/1974, RESOLVE **EXONERAR**, A PEDIDO, o servidor **DAVID ITALO MENDONÇA VASCONCELOS**, Matrícula Funcional Nº 4309236-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Policial Penal, Nível 1, da Carreira de Segurança Penitenciária, integrante do Grupo Ocupacional Atividades de Apoio Administrativo e Operacional – ADO, Quadro 1 – Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Administração Penitenciária e Ressociação do Estado do Ceará, a partir 21 de agosto de 2024. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, em Fortaleza, aos 01 de outubro de 2024.

Luís Mauro Albuquerque Araújo
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

PORTARIA Nº424/2024 - O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, considerando a Lei Estadual nº 16.063, de 07 de julho de 2016 que acrescenta o Arts. 11 e 14 da Lei nº 14.582, de 21 de dezembro de 2009, Instituinto o Abono Especial por Reforço Operacional aos Integrantes da Carreira de Segurança Penitenciária, regulamentada pelo Decreto Nº 31.997, de 27 de julho de 2016, RESOLVE: **CONCEDER A DIFERENÇA DO ABONO ESPECIAL POR REFORÇO OPERACIONAL RETROATIVO ao interstício de MAIO de 2024 ao SERVIDOR** mencionado no Anexo Único, desta Portaria. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 10 de setembro de 2024.

Luís Mauro Albuquerque Araújo
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº424/2024 DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

QTD	SERVIDOR	MATRÍCULA	HORAS	VALOR
1	CARLOS EDUARDO MARINHO LIMA	300648-1-X	12h	R\$ 409,92
TOTAL				R\$ 409,92

*** **

PORTARIA Nº545/2024.**REGULAMENTA E DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE RECOMPENSA DO TIPO REGALIA DE VISITA CONJUGAL PARA AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ.**

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Lei nº. 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e, ainda, o Processo Administrativo nº. 09134999/2022. CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº. 03/2020, de 19 de maio de 2020, que estabelece e padroniza normas e procedimentos operacionais do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará. CONSIDERANDO que a preservação da segurança e disciplina no interior das unidades é de fundamental importância para que a visita transcorra em ordem, harmonia e respeito



mútuo de forma a garantir a integridade física, psíquica e moral dos visitantes e das pessoas que laboram nos Estabelecimentos Prisionais. CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 04 de novembro de 2021, do CNPCP, a qual “recomenda ao Departamento Penitenciário Nacional e às administrações penitenciárias das unidades federadas a adoção dos parâmetros para a concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal à pessoa privada de liberdade em estabelecimento penal; revoga a Resolução nº 4, de 29 de junho de 2011; e dá outras providências”. CONSIDERANDO que os arts. 55 e 56 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), estabelecem a possibilidade de recompensas ao bom comportamento do condenado, dentre elas a concessão de regalias, por sua colaboração com a disciplina e como reflexo de sua dedicação ao trabalho, nos termos de legislação local e regulamentos. CONSIDERANDO que a disponibilização dos espaços para a concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal deve preservar a intimidade da pessoa reclusa e de sua visita, sem descuidar da segurança do estabelecimento penal. CONSIDERANDO a necessidade do Estado em desestimular o crime organizado e as facções criminosas dentro do Sistema Prisional. CONSIDERANDO o art. 2º, § 9º da Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013 (Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal). CONSIDERANDO o cuidado para com a saúde dos presos como responsabilidade do Estado e o fomento ao contato familiar em visitas conjugais, conduz a SAP a analisar o assunto tela à luz da saúde pública. RESOLVE:

Art. 1º. Regulamentar e disciplinar os procedimentos de concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal às pessoas privadas de liberdade das Unidades Prisionais do Estado do Ceará.

CAPÍTULO I DA VISITA CONJUGAL

Art. 2º. Entende-se por visita conjugal ou visita íntima a concessão de recompensa do tipo regalia à pessoa privada de liberdade, realizada em ambiente reservado disponibilizado na Unidade Prisional, asseguradas a privacidade, a intimidade e a inviolabilidade.

§ 1º A concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal, autorizada administrativamente, poderá ser concedida tanto ao preso provisório quanto ao preso definitivo, independentemente de sua nacionalidade ou origem, e pressupõe que o preso esteja do gozo do direito previsto no inciso X do art. 41 da Lei de Execução Penal.

§ 2º A visita conjugal é recompensa, do tipo regalia, concedida à pessoa privada de liberdade, nos termos do art. 56, II, da Lei de Execução Penal, e deve atender às preocupações de tratamento digno e de progressivo convívio familiar do recluso.

§ 3º A concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal observará a disciplina e o histórico prisional da pessoa presa no decorrer da pena, além das condições de segurança do estabelecimento prisional.

§ 4º A proibição ou suspensão da concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal observará ato motivado da autoridade responsável pela unidade prisional, ou quem lhe faça às vezes por delegação, e integrará o prontuário da pessoa presa.

CAPÍTULO II DO CADASTRO DE VISITANTES

Art. 3º. Para a concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal, a administração prisional exigirá o prévio cadastro como visita conjugal da pessoa interessada, realizado junto ao Núcleo de Cadastro de Visitante – NUCAV.

Art. 4º. O cadastro para a concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal será realizado mediante o disposto na presente portaria, bem como a apresentação dos documentos elencados no art. 4º da portaria que regulamenta e disciplina os procedimentos de visita às pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais do Estado do Ceará.

§ 1º Não se admitirá concomitância ou pluralidade de cadastros de pessoas autorizadas à concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal para pessoa privada de liberdade.

§ 2º A substituição da pessoa cadastrada para a concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal observará prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da indicação de cancelamento pela pessoa privada de liberdade.

§ 3º O visitante cadastrado para realização de visita conjugal ficará proibido de efetuar novo cadastro para visita de mesma natureza à pessoa privada de liberdade distinta, no mesmo prazo disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Não se admitirá a concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal para pessoa que se encontre cumprindo pena privativa de liberdade.

§ 5º Para o cadastro, será necessário que o indivíduo privado de liberdade realize exames médicos para verificar a existência de doenças sexualmente transmissíveis, assim como seu cônjuge, os quais deverão ser renovados a cada 06 (seis) meses.

§ 6º O visitante deverá apresentar exames e laudo médico (emitido preferencialmente pelo ginecologista ou urologista), carimbado, datado e assinado, constando no laudo data de coleta e resultados dos seguintes exames:

I. Teste rápido para HIV;

II. Hepatite B (HBs Ag ou Hbc Ag ou Hbe Ag);

III. Hepatite C (VHC ou HCV);

IV. Sífilis (VDRL).

§ 7º No caso de ser um ou ambos os parceiros portadores de doença infectocontagiosa transmissível sexualmente, a ocorrência da concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal deve ser decidida por ambos, após firmada declaração de consentimento.

§ 8º Para o cadastro de visitante conjugal não haverá distinção para com as relações homoafetivas.

Art. 5º. Caso o postulante à concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal esteja na condição de vítima nos processos criminais imputados à pessoa privada de liberdade, o cadastro só será realizado mediante expressa autorização judicial.

Art. 6º. O cadastro para a concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal deverá ser revalidado a cada 02 (dois) anos com a reapresentação dos documentos necessários ao cadastro de visitante.

§ 1º. O não cumprimento deste dispositivo implicará na suspensão da concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal até a regularização da mesma.

§ 2º. O Cadastro de visitação poderá ser revalidado em até 30 (trinta) dias anteriores à data de seu vencimento.

CAPÍTULO III DO ACESSO DE VISITANTES EM DIAS DE VISITAÇÃO

Art. 7º. Quando o visitante/cônjuge de pessoa presa for maior de 16 anos de idade e menor de 18 anos e estiver comprovadamente emancipado pelo casamento civil ou união estável registrada por escritura pública bilateral, poderá ingressar no estabelecimento prisional para a realização da visita conjugal.

Art. 8º. As visitas conjugais nas unidades prisionais ocorrerão nos dias de visita social, no período das 08h às 16h, de acordo com o agendamento.

Parágrafo único. A concessão de recompensa do tipo regalia de visita conjugal será realizada em local determinado, de acordo com os dias do agendamento da visita social, e terá duração de 45 min, período de tempo que também compreende os procedimentos de segurança, bem como retirada do lixo, recolhimento do enxoval e higienização do local pelo custodiado.

Art. 9º. Para a realização da visita conjugal, poderá a visitante ingressar portando os seguintes itens:

I. 01 (um) lençol de casal, fino, branco e sem estampas;

II. 01 (uma) toalha branca, fina e sem estampas;

III. 01 (um) sabonete líquido (embalagem e líquido transparentes).

Parágrafo único. Preservativo será disponibilizado pela Administração Penitenciária. Ao término da visitação a visitante deverá retornar com todos os pertences.

CAPÍTULO IV DOS REQUISITOS

Art. 10. A concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal para a pessoa privada de liberdade pressupõe a regularidade, o bom comportamento na sua conduta prisional e o adimplemento dos deveres de disciplina e de colaboração com a ordem do estabelecimento penal, sendo exigida à pessoa privada de liberdade a participação nos programas de ressocialização de qualquer natureza (ensino regular, cursos de capacitação ou atividades laborativas no interior da unidade prisional), observando o art. 39, da Lei de Execução Penal.

I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;

II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se; III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;

IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;

VI - submissão à sanção disciplinar imposta;

VII - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;

VIII - conservação dos objetos de uso pessoal.

Parágrafo único. A concessão da recompensa do tipo regalia da visita conjugal será proporcionada para pessoas privadas de liberdade que não estejam respondendo processo administrativo disciplinar, bem como não tenham participado de movimento subversivo e sublevatório da ordem de qualquer natureza nos últimos 180 dias.

Art. 11. A visita conjugal é recompensa, do tipo regalia, concedida à pessoa privada de liberdade, tendo em vista a sua colaboração com a disciplina e dedicação ao trabalho nos termos do art. 55 e 56, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, e deve atender às preocupações de tratamento digno e de progressivo convívio familiar do recluso, bem como desencorajar a contumácia na vida delituosa.

§ 1º. A pessoa privada de liberdade em decurso processual ou condenada em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de facção criminosa não terá acesso à concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal.

§ 2º. A concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal observará a disciplina da pessoa presa no decorrer da pena e as condições de segurança da unidade prisional.



§ 3º. Somente poderá haver a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal nas unidades prisionais que dispuserem de local apropriado e destinado para tal finalidade.

§ 4º. A proibição ou suspensão a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal observará ato motivado da autoridade responsável pela unidade prisional, ou quem lhe faça as vezes por delegação, em caso de falta disciplinar, e integrará o prontuário da pessoa presa, ou por ato motivado pelo cônjuge ou pelo companheiro(a) que causar problemas de ordem moral ou risco para a segurança ou disciplina.

§ 5º. Não pode receber a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal, a pessoa privada de liberdade que estiver:

I - em situação de trânsito na unidade prisional;

II - em período de inclusão ou em regime de observação;

III - em isolamento em cela de segurança, quando necessária a adoção de medida preventiva de segurança pessoal;

IV - em enfermaria;

Parágrafo único. A pessoa privada de liberdade não poderá receber a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal, por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, ou quem lhe faça as vezes, por delegação.

§ 6º. A concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal deverá ser assegurada nos termos dispostos da presente portaria, vedada as distinções de gênero ou orientação sexual, respeitado o direito ao uso do nome social, nos termos da Resolução CNJ nº. 270 de 11 de dezembro de 2018, e Resolução CNJ nº. 348, de 13 de outubro de 2020.

Art. 12. A elaboração do cronograma de concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal é de responsabilidade da administração do estabelecimento penal, sob a supervisão da Coordenadoria Especial de Administração Prisional, sem prejuízo de delegação.

Parágrafo único. A periodicidade da visita conjugal deve observar cronograma que contemple todos os(as) internos(as) que solicitem tal regalia e atendam às exigências, bem como a preparação de local adequado para a sua realização, de acordo com a especificidade de cada unidade prisional, observando a quantidade de vagas disponíveis em cada venustério.

Art. 13. Fica vedada a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal no interior das celas ou em qualquer outro local que não esteja destinado para tal fim, bem como é expressamente proibida a realização de quaisquer atos de natureza sexual ou libidínica em ambientes destinados à visitação social ou outros, sob pena de suspensão.

Art. 14. A preparação do local para a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal deve atender aos critérios de preservação da intimidade, higienização adequada do local pela pessoa privada de liberdade, bem como a disponibilização de preservativos necessários à adoção de práticas sexuais seguras.

Parágrafo único. Haverá disponibilização de material educacional que promova a atenção básica para a saúde sexual reprodutiva, e atenção psicossocial à pessoa privada de liberdade e ao visitante, de modo a facilitar a denúncia em caso de suspeita de violência nas suas mais variadas formas durante a realização da visita conjugal.

Art. 15. Não se admitirá a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal como prestação de serviço de qualquer natureza.

CAPÍTULO V

DA EMISSÃO DE SENHAS

Art. 16. O agendamento de concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal deverá ser feito por meio de sistema informatizado, com emissão de senha pessoal e intransferível, na internet, em endereço eletrônico a ser disponibilizado pela SAP.

§ 1º. O agendamento para a concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal ocorrerá observando a periodicidade disposta no art. 12.

§ 2º. Cumprida a periodicidade estipulada no § 1º, no sistema de emissão de senhas surgirá a opção ao cônjuge/companheiro para realização de novo agendamento da concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal.

§ 3º. Caso o visitante não opte pela concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal, o sistema de emissão de senhas somente disponibilizará nova concessão após início de novo ciclo.

§ 4º. A opção pela concessão da recompensa do tipo regalia de visita conjugal obsta a retirada de segunda senha para visita social, no mesmo dia de visitação.

§ 5º. A quantidade de senhas a serem disponibilizadas pelo estabelecimento prisional levará em consideração o número de vagas disponíveis em cada venustério e os horários estabelecidos no artigo 8º desta Portaria;

§ 6º. Caso a pessoa não tenha acesso à internet, o agendamento poderá ser realizado junto ao Núcleo de Assistência à Família – NUASF.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Todos os setores que compõem a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização deverão cumprir integralmente o presente regulamento, facilitando o processo para todos que dele participam, principalmente às pessoas privadas de liberdade e seus familiares.

Art. 18. A constatação de falha decorrente de negligência, facilitação ou conivência no acesso de visitantes às unidades prisionais em desconformidade ao que preconiza esta Portaria estará passível de responsabilizações administrativas, civis e penais.

Art. 19. As situações excepcionais serão analisadas pelo Diretor da Unidade Prisional e submetidas à Coordenadoria Especial da Administração Prisional, para deliberações.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura, aplicando-se no que couber e de forma complementar o disposto na PORTARIA QUE REGULAMENTA E DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE VISITA ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ, revogando-se as disposições contrárias.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, em Fortaleza, 08 de outubro de 2024.

Luis Mauro Albuquerque Araújo

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº169/2024

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA QUE SE CELEBRA, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA, O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.530/0001-18, com sede na Rua Tenente Benévolo, nº 1055, Meireles, CEP: 60.160-040, neste ato representada por seu Secretário, Sr. LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO, por meio do presente instrumento, **reconhece expressamente**, com fulcro nos art. 112º e 113º da Lei Estadual nº 9.809/1973 **que deve** a quantia de R\$ 5.071,86 (Cinco Mil e Setenta e Um Reais e Oitenta e Seis Centavos) devido à diferença da ascensão funcional dos **SERVIDORES** integrantes do Grupo Ocupacional: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE-SES, lotados nesta Secretaria, referente ao período 2022/2023, correspondente ao discriminado no NUP: 18001.032653/2024-99. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, em Fortaleza, 02 de outubro de 2024.

Luis Mauro Albuquerque Araújo

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

SECRETARIA DAS CIDADES

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

PORTARIA Nº0512/2024 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do parágrafo único do art. 88, da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02/02/2010 e em conformidade com o art. 8º, o inciso III do art. 17, art. 39 e §2º e 3º do art. 40, da Lei nº 9.826, de 14/05/1974, **RESOLVE DESIGNAR** o servidor **JOSÉ NEWTON MONTENEGRO FILHO**, matrícula 0102521X, na função de Advogado, para responder ao cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador Jurídico, símbolo DNS-2, integrante da estrutura organizacional da Superintendência de Obras Públicas – SOP, em SUBSTITUIÇÃO a titular da pasta Francisca Mayana de Freitas Luz, matrícula 700273-9-9, que irá participar do Seminário Nacional: “AS PRINCIPAIS RAZÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SEUS IMPACTOS APLICADOS – PARALELO ENTRE OS REGIMES DA LEI Nº 14.133/2021” que ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR no período de 14 a 18/10/2024. SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, em Fortaleza, 10 de outubro de 2024.

José Ilo de Oliveira Santiago

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

Registre-se e publique-se.

*** **

